



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Casa Civil

DECRETO Nº 7.478, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011.

- Revogado pelo Decreto nº 9.550, de 8-11-2019, art. 3º.
- Regimento Interno Vide Portaria nº 148 /2014, D.O. de 7-4-2014, págs. 4/7.

~~Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Defesa Agropecuária — AGRODEFESA — e dá outras providências.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos do art. 10 da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201100005002040,~~

~~D E C R E T A:~~

~~Art. 1º Fica aprovado o anexo Regulamento da Agência Goiana de Defesa Agropecuária — AGRODEFESA.~~

~~Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se expressamente o Decreto nº 6.990, de 4 de setembro de 2009, e o Regulamento por ele aprovado.~~

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 7 de novembro de 2011, 123º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

(S.D.O. de 7-11-2011)

~~REGULAMENTO DA AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA — AGRODEFESA~~

~~TÍTULO I~~

~~DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS~~

~~Art. 1º A Agência Goiana de Defesa Agropecuária — AGRODEFESA, criada pela Lei nº 14.645, de 30 de dezembro de 2003, é uma entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, jurisdicionada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação, nos termos do art. 9º, inciso XIII, alínea “a”, da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, com alterações posteriores.~~
~~- Redação dada pelo Decreto nº 8.553, de 29-01-2016.~~

~~Art. 1º A Agência Goiana de Defesa Agropecuária — AGRODEFESA, criada pela Lei nº 14.645, de 30 de dezembro de 2003, é uma entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, jurisdicionada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação, nos termos do Art. 9º, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.~~

~~Art. 2º À Agência Goiana de Defesa Agropecuária — AGRODEFESA compete:~~

~~I — executar a política estadual de sanidade animal e vegetal, bem como o exercício do poder de polícia sobre atividades agrícola, pecuária, incluída a indústria, e os serviços relacionados com produtos de origem animal e vegetal e seus derivados;~~

~~II — planejar, coordenar, normatizar e executar a política de defesa sanitária animal e vegetal, a fiscalização e inspeção higiênico-sanitária, industrial e tecnológica dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, seus derivados e resíduos de valor econômico em todas as fases do processo produtivo, bem como a fiscalização agropecuária;~~

~~III — planejar, coordenar, normatizar e executar a classificação dos produtos de origem animal e vegetal, compatibilizando-a com as diretrizes da política de defesa agropecuária nos âmbitos estadual e federal;~~

~~IV — definir e administrar programas, projetos e atividades de educação fitossanitária e zoossanitária;~~

~~V — administrar a inspeção e a fiscalização do comércio e do transporte zoossanitário e fitossanitário, bem como o controle do uso, aplicação, armazenamento e comercialização de seus produtos, de seus componentes e afins;~~

~~VI — promover estudos e instalação de postos de fiscalização zoossanitária e fitossanitária interestaduais ou inter-regionais, fixos e móveis, para fiscalização do trânsito de animais e vegetais;~~

~~VII — promover o monitoramento da comercialização de insumos de uso na agropecuária ou a ela destinada, da produção~~

animal e vegetal e da industrialização de seus produtos e subprodutos;

~~VIII — promover o combate, o controle e a erradicação das doenças infecciosas, infecto-contagiosas e parasitárias, de notificação obrigatória, que acometem os animais domésticos e silvestres;~~

~~IX — promover a prevenção, o controle e a erradicação das pragas quarentenárias e de importância econômica;~~

~~X — administrar o registro e o credenciamento de estabelecimentos abatedores de animais, de laticinistas e congêneres, de produtores rurais, de empresas leiloeiras de animais, de haras e clubes de laço, de estabelecimentos confinadores de animais, de centrais de coletas de sêmen e embriões, de suinoculturas, aviculturas e demais estabelecimentos criadores de animais domésticos e silvestres e de estabelecimentos comerciais e industriais que se dediquem à produção e comercialização de produtos para uso na pecuária e agricultura;~~

~~XI — administrar o registro e o credenciamento de exposições e feiras agropecuárias, de vaquejadas e de torneios leiteiros, de sociedades e associações hípias, de rodeios e cavalhadas, e demais eventos pecuários;~~

~~XII — promover a avaliação para a classificação de novilho precoce em frigoríficos, abatedouros e estabelecimentos rurais, bem como a execução do programa de rastreabilidade de bovinos;~~

~~XIII — promover a vigilância epidemiológica agropecuária no âmbito estadual e interestadual;~~

~~XIV — constituir e coordenar a rede de diagnóstico e dos profissionais de sanidade credenciados;~~

~~XV — subsidiar o planejamento agropecuário do Estado de Goiás nas áreas de defesa, inspeção, fiscalização e classificação dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, seus derivados e resíduos de valor econômico em todas as fases do processo produtivo;~~

~~XVI — promover a integração das ações na área de defesa agropecuária, nos níveis federal, estadual e municipal;~~

~~XVII — propor e definir a elaboração de convênios, contratos e acordos de cooperação técnica com os setores público e privado, para execução de serviços na área de sua competência;~~

~~XVIII — articular-se com as entidades públicas e privadas de aferição, fiscalização e de poder de polícia administrativa no acompanhamento e aconselhamento, para instalação do estado de qualidade de produtos e serviços agropecuários;~~

~~XIX — realizar outras atividades correlatas.~~

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA E COMPLEMENTAR

~~Art. 3º As unidades administrativas que constituem a estrutura básica e complementar da Agência Goiana de Defesa Agropecuária — AGRODEFESA — são as seguintes:~~

~~I — Conselho de Gestão;~~

~~- Extinto pela Lei nº 19.574, de 29-12-2016, art. 1º, VI, "a", 1.7 .~~

~~II — Presidência:~~

~~a) Gerência da Secretaria Geral;~~

~~b) Gerência Jurídica;~~

~~c) Gerência de Comunicação;~~

~~- Revogada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016, art. 4º, I.~~

~~III — Chefia de Gabinete;~~

~~IV — Diretoria de Gestão, Planejamento e Finanças:~~

~~a) Gerência de Gestão de Pessoas;~~

~~b) Gerência de Planejamento, Finanças e Tecnologia da Informação;~~

~~- Redação dada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.~~

~~b) Gerência de Planejamento e Finanças;~~

~~c) Gerência de Apoio Logístico e de Suprimentos;~~

~~d) Gerência de Tecnologia da Informação;~~

~~- Revogada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016, art. 4º, II.~~

~~V — Diretoria Técnica e de Inspeção:~~

~~a) Gerência de Sanidade Animal;~~

~~b) Gerência de Sanidade Vegetal;~~

~~c) Gerência de Cadastro e Convênios e Inspeção;~~

~~- Redação dada pelo Decreto nº 8.553, de 29-01-2016.~~

~~e) Gerência de Cadastro e Convênios;~~

~~d) Gerência de Inspeção;~~

- Revogada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016, art. 4º, II.

~~VI — Diretoria de Fiscalização:~~

~~a) Gerência de Fiscalização Animal;~~

~~b) Gerência de Fiscalização Vegetal;~~

~~VII — Unidades Complementares Descentralizadas:~~

- Revogado pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016, art. 4º, III.

~~a) Gerências de Laboratórios:~~

- Revogada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016, art. 4º, III.

~~a 1) Gerência de Laboratório de Análise e Diagnóstico Veterinário;~~

- Revogada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016, art. 4º, III.

~~a 2) Gerência de Laboratório de Controle de Qualidade de Alimentos;~~

- Revogada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016, art. 4º, III.

~~a 3) Gerência de Laboratório de Controle de Qualidade de Sementes e Mudanças;~~

- Revogada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016, art. 4º, III.

~~b) Gerência de Unidades Regionais.~~

- Revogada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016, art. 4º, III.

~~VIII — Gerência de Laboratório de Análise e Diagnóstico Veterinário;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~IX — Gerência de Laboratório de Controle de Qualidade de Alimentos;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~X — Gerência de Laboratório de Controle de Qualidade de Sementes e Mudanças;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~— Unidades Regionais Descentralizadas:~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~1 — Unidade Regional Alto Araguaia — Jataí;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~2 — Unidade Regional Rio Caiapó — Iporá;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~3 — Unidade Regional Rio dos Bois — Palmeiras de Goiás;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~4 — Unidade Regional Rio Itiquira — Formosa;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~5 — Unidade Regional Rio Corumbá — Catalão;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~6 — Unidade Regional Rio das Antas — Anápolis;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~7 — Unidade Regional Rio Paranã — Posse;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~8 — Unidade Regional Rio do Ouro — Porangatu;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~9 — Unidade Regional Rio Vermelho — Goiás;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~10 — Unidade Regional Rio Verdão — Rio Verde;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~11 — Unidade Regional Rio Paranaíba — Itumbiara;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

~~12 — Unidade Regional Rio das Almas — Ceres;~~

- Acrescido pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

TÍTULO III

DO CAMPO FUNCIONAL DAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

CAPÍTULO I

DO CONSELHO DE GESTÃO

Seção I

Finalidade

Art. 4º O Conselho de Gestão, integrante da Agência Goiana de Defesa Agropecuária—AGRODEFESA—, por força do inciso II do art. 18 da [Lei nº 17.257](#), de 25 de janeiro de 2011, tem por finalidade:

- I—fixar a orientação geral dos seus trabalhos e negócios em consonância com os planos de ação do Governo do Estado;
- II—aprovar as propostas de planos, programas, projetos e orçamentos a serem encaminhados ao Governo do Estado;
- III—fixar diretrizes e aprovar o planejamento estratégico da Entidade;
- IV—fixar diretrizes para a elaboração de planejamentos de curto, médio e longo prazo da Entidade;
- V—aprovar proposta de instituição e/ou alteração nos planos de cargos e salários dos respectivos servidores da Entidade;
- VI—apreciar e aprovar projetos e ações que resultem em aumento de despesa da Entidade;
- VII—supervisionar a execução de planos, programas e projetos;
- VIII—aprovar o seu regimento interno e outras normas para o seu funcionamento;
- IX—aprovar propostas de contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento;
- X—aprovar propostas de aquisição ou alienação de bens imóveis;

XI—apresentar ao Governador do Estado, até 31 de março de cada ano, relatório anual sobre os trabalhos e negócios da Agência realizados no exercício anterior.

Seção II

Da Organização do Colegiado

Subseção I

Da Composição

Art. 5º O Conselho de Gestão da Agência Goiana de Defesa Agropecuária—AGRODEFESA—terá 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) designados pelo Governador do Estado, com a seguinte composição:

I—o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação, que será o seu Presidente;
- Nova denominação dada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

II—o Presidente da Agência Goiana de Defesa Agropecuária—AGRODEFESA—, que será o seu Vice-Presidente;

III—01 (um) representante do Governo do Estado a ser indicado pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação;
- Nova denominação dada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

IV—02 (dois) representantes de entidades da sociedade civil diretamente relacionadas com os objetivos da agência a serem indicados pelo Presidente da Entidade, após apreciação do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação;
- Nova denominação dada pelo Decreto nº 8.553, de 29-1-2016.

Parágrafo único. Para cada membro titular haverá 01 (um) suplente, sendo que o do Presidente e o do Vice-Presidente serão por eles indicados, e todos, inclusive os de que tratam os incisos III e IV, serão nomeados pelo Governador do Estado.

Subseção II

Do Funcionamento

Art. 6º O Conselho de Gestão da Agência Goiana de Defesa Agropecuária—AGRODEFESA—funcionará na sede da Entidade e reunir-se-á, ordinariamente, a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º Para a realização das reuniões será exigido o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 2º Os Conselheiros suplentes, quando não estiverem substituindo os titulares, poderão participar das reuniões somente com direito a voz.

Art. 7º As deliberações do Conselho de Gestão da Agência Goiana de Defesa Agropecuária—AGRODEFESA—, observado o quórum mínimo, serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

§ 1º As deliberações serão expressas através de resoluções, assinadas pelo seu Presidente.

~~§ 2º O Presidente terá direito a voto, inclusive ao do desempate.~~

~~§ 3º As resoluções a serem publicadas no Diário Oficial serão definidas pelo Conselho.~~

Seção III-

~~Atribuições dos Membros do Colegiado-~~

Subseção I

~~Do Presidente do Conselho de Gestão-~~

~~-~~

Art. 8º São atribuições do Presidente do Conselho de Gestão:

- I—propor a pauta, convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- II—expedir resoluções, atos e portarias decorrentes das decisões do Conselho;
- III—cumprir, fazer cumprir e fiscalizar a execução de resoluções, atos e portarias do Conselho;
- IV—coordenar e avaliar as atividades do Conselho;
- V—representá-lo nos atos que se fizerem necessários, perante os órgãos e entidades dos poderes municipal, estadual e federal e/ou particulares;
- VI—coordenar a elaboração do relatório anual de atividades da Agência a ser encaminhado ao Governador do Estado;
- VII—designar membros para compor comissões;
- VIII—expedir, após apreciação do Conselho, normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos;
- IX—garantir a elaboração do planejamento estratégico da Agência;
- X—abrir, rubricar e encerrar os livros do Conselho;
- XI—resolver as questões de ordem que forem levantadas nas reuniões plenárias;
- XII—praticar os demais atos indispensáveis ao cumprimento das suas finalidades.

Subseção II-

~~Do Vice-Presidente do Conselho De Gestão-~~

Art. 9º São atribuições do Vice-Presidente do Conselho de Gestão:

- I—representar o Presidente do Conselho em ausências ou impedimentos, com as mesmas prerrogativas a ele conferidas;
- II—assessorar o Presidente em todas as suas atividades e exercer as funções inerentes à Presidência, na hipótese de delegação de atribuição;
- III—coordenar os serviços administrativos do Conselho de Gestão;
- IV—requisitar ou solicitar dos órgãos públicos certidões, atestados, informações, cópias de documentos e de expedientes ou processos administrativos de interesse da Agência;
- V—praticar os demais atos indispensáveis ao cumprimento das finalidades do Conselho.

Subseção III-

~~Dos Conselheiros-~~

Art. 10. São atribuições dos Conselheiros do Conselho de Gestão:

- I—apreciar e deliberar sobre os assuntos constantes da pauta das suas reuniões;
- II—comparecer às reuniões, justificando faltas e impedimentos;
- III—relatar processos que lhes forem distribuídos, proferindo o voto, a seguir;
- IV—apreciar e requerer vista de processos que não estejam suficientemente esclarecidos, solicitando as diligências necessárias;
- V—requerer, justificadamente, que constem da pauta assuntos que devam ser objeto de discussão e deliberação;

VI—requerer ao plenário a solicitação de pareceres externos;

VII—participar das sessões e votar as matérias em deliberação, salvo impedimento;

VIII—relatar matérias que lhes forem destinadas, dentro do prazo de 15 (quinze) dias ou outro prazo designado, se a matéria assim o exigir, proferindo o seu voto na sessão imediata ao vencimento do prazo;

IX—propor ou requerer esclarecimentos que lhes forem úteis à melhor apreciação das matérias a serem deliberadas.

Seção IV

Disposições Gerais

-

~~Art. 11. O Conselho de Gestão deverá entrar em funcionamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação deste.~~

~~- Redação dada pelo Decreto nº 8.553, de 29-01-2016.~~

~~Art. 11. O Conselho de Gestão deverá entrar em funcionamento no prazo máximo de até 90 (noventa) dias contados da publicação deste.~~

~~Art. 12. O exercício da função de membro do Conselho de Gestão, não será remunerado sendo considerado como serviço relevante prestado ao Estado de Goiás;~~

~~Art. 13. Os assuntos tratados e as decisões tomadas nas reuniões do Conselho ficarão registrados em atas cuja aprovação se fará na próxima reunião.~~

~~Art. 14. O Conselho de Gestão da Agência Goiana de Defesa Agropecuária—AGRODEFESA—, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos.~~

CAPÍTULO II

DA CHEFIA DE GABINETE

~~Art. 15. Compete à Chefia de Gabinete:~~

~~I—assistir o Presidente no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais;~~

~~II—emitir parecer nos assuntos que lhe forem atribuídos pelo Presidente;~~

~~III—coordenar a agenda do Presidente;~~

~~IV—promover e articular os contatos sociais e políticos do Presidente;~~

~~V—atender as pessoas que procuram o Gabinete do Presidente, orientá-las e prestar-lhes as informações necessárias, encaminhando-as, quando for o caso, ao Titular;~~

~~VI—realizar outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO III

DAS DIRETORIAS SETORIAIS

Seção I

Da Diretoria de Gestão, Planejamento e Finanças

~~Art. 16. Compete à Diretoria de Gestão, Planejamento e Finanças:~~

~~I—coordenar as atividades de gestão de pessoas, do patrimônio, a execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, os serviços administrativos, o planejamento, a tecnologia da informação e o suporte operacional para as demais atividades;~~

~~II—viabilizar a infraestrutura necessária para a implementação de sistemas informatizados que suportem as atividades da Entidade;~~

~~III—garantir os recursos financeiros, materiais e serviços necessários ao perfeito funcionamento da Entidade;~~

~~IV—coordenar a formulação de planos estratégicos, do plano plurianual (PPA), de proposta orçamentária, bem como o acompanhamento e a avaliação dos resultados da Entidade;~~

~~V—promover e garantir a atualização permanente dos sistemas e relatórios de informações governamentais em consonância com as diretrizes dos órgãos de orientação e controle;~~

~~VI—definir e coordenar a execução da política de gestão de pessoas da Entidade;~~

~~VII—planejar, coordenar e implementar os processos licitatórios e a gestão dos contratos, convênios e demais ajustes~~

~~firmados pela Entidade, na área de sua competência;~~

~~VIII—supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial da Entidade;~~

~~IX—coordenar o processo de modernização institucional e melhoria contínua das atividades da Entidade;~~

~~X—apoiar os projetos de descentralização administrativa, efetivando a instalação e manutenção de Unidades Regionais e Locais, conforme a estratégia de implementação adotada pela Entidade;~~

~~XI—realizar outras atividades correlatas.~~

Seção II

Da Diretoria Técnica e de Inspeção

Art. 17. Compete à Diretoria Técnica e de Inspeção:

~~I—planejar, coordenar, normatizar, implementar e fiscalizar programas, projetos e ações de defesa sanitária animal e vegetal, de inspeção higiênico-sanitária e industrial dos produtos de origem animal e vegetal, seus derivados e resíduos de interesse econômico, assim como os de classificação e de certificação da produção agropecuária do Estado;~~

~~II—planejar, coordenar, normatizar e implementar ações de controle de uso, bem como fiscalizar aplicação, armazenamento e comercialização de agrotóxicos e seus componentes e afins;~~

~~III—coordenar as ações de registro, cadastro e credenciamento de estabelecimentos de interesse da defesa agropecuária, em consonância com a legislação pertinente;~~

~~IV—promover e subsidiar tecnicamente a implantação e o gerenciamento de sistemas de informática e geoprocessamento, em especial o Sistema de Emissão Eletrônica de Documentos Zoossanitários, Fitossanitários e afins;~~

~~V—planejar, coordenar e implementar convênios e demais ajustes firmados pela Entidade, na área de sua competência;~~

~~VI—promover o cadastro e o controle da rede de diagnóstico e dos profissionais de sanidade agropecuária credenciados;~~

~~VII—dirigir os programas e campanhas de prevenção, controle e erradicação de enfermidades animais e de pragas dos vegetais;~~

~~VIII—dirigir as ações relativas à epidemiologia e à educação sanitária, em especial a análise de risco sanitário e epidemiológico, como garantia da saúde dos animais e vegetais;~~

~~IX—dirigir as ações de inspeção industrial e tecnológica de animais e de seus produtos e subprodutos em frigoríficos, abatedouros e estabelecimentos rurais;~~

~~X—planejar e coordenar os programas de rastreabilidade e de certificação de propriedades, animais e produtos agropecuários;~~

~~XI—coordenar e controlar a expedição de documentos zoossanitários, fitossanitários e sanitários, para o trânsito de animais, vegetais e de seus produtos e subprodutos;~~

~~XII—manter informes nosográficos;~~

~~XIII—promover a elaboração de relatórios técnicos da execução de programas, projetos e ações de defesa sanitária animal e vegetal, de inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, de classificação dos produtos de origem animal e vegetal, de certificação da produção agropecuária e rastreabilidade de animais, bem como das ações de emergência sanitária inerentes à sua área de competência;~~

~~XIV—coordenar o funcionamento do Órgão Colegiado de Defesa Sanitária Animal, criado pelo art. 13 da [Lei nº 13.998/01](#) e regulamentado pelos arts. 182 e 183 do [Decreto nº 5.652/02](#), bem como do Colegiado de Defesa Vegetal, instituído pelo art. 67 do Regulamento da [Lei nº 14.245/02](#), aprovado pelo [Decreto nº 6.295/05](#), no âmbito de sua competência;~~

~~XV—administrar as Unidades Descentralizadas na execução das atividades de defesa sanitária e inspeção agropecuária e no exercício do poder de polícia sobre as atividades agropecuárias;~~

~~XVI—fomentar pesquisa técnico-científica e análises laboratoriais voltadas à erradicação de zoonoses e promoção da saúde animal;~~

~~XVII—realizar outras atividades correlatas.~~

Seção III

Da Diretoria de Fiscalização

Art. 18. Compete à Diretoria de Fiscalização:

~~I—planejar, coordenar, normatizar e implementar programas, projetos e ações de fiscalização fixa e volante do trânsito e do comércio de animais e vegetais, e seus produtos e subprodutos, de empresas leiloeiras de animais, de exposições e feiras agropecuárias, vaquejadas e torneos leiteiros, de sociedades e associações hípcas, de rodeios e cavalhadas, haras e clubes de laço, de estabelecimentos~~

~~confinadores de animais, bem como o exercício do poder de polícia administrativa sobre as atividades agrícolas e de pecuária;~~

~~II — planejar, coordenar, normatizar e implementar a fiscalização e o monitoramento dos insumos usados nas atividades agropecuárias no Estado;~~

~~III — planejar, coordenar, normatizar e implementar a fiscalização do comércio e de armazenagem de material biológico, insumos de uso na agropecuária, da produção animal e vegetal, assim como as ações de fiscalização do comércio e do transporte de agrotóxicos, bem como de seus componentes e afins;~~

~~IV — planejar, coordenar e implementar os convênios e termos de cooperação técnica, assim como os demais ajustes firmados pela Entidade, na área de sua competência;~~

~~V — desenvolver e manter relacionamento interinstitucional com instituições públicas e entidades privadas que tenham por objetivo a aferição e fiscalização do trânsito e comércio de produtos, subprodutos, derivados e resíduos agropecuários de interesse econômico de empresas leiloeiras de animais, de exposições e feiras agropecuárias, vaquejadas e torneios leiteiros, sociedades e associações hípiacas, rodeios e cavalhadas, haras e clubes de laço, de estabelecimentos confinadores de animais, bem como promover acompanhamento e aconselhamento, exercendo ainda o poder de polícia administrativa quanto à qualidade dos mesmos;~~

~~VI — coordenar a elaboração de relatórios técnicos da execução dos programas, projetos e ações de fiscalização indicados no inciso I deste artigo, bem como promover e subsidiar tecnicamente a implantação e o gerenciamento de sistemas de informática e geoprocessamento relativos a essa fiscalização;~~

~~VII — coordenar o funcionamento do Órgão Colegiado de Defesa Sanitária Animal, criado pelo art. 13 da [Lei nº 13.998/01](#) e regulamentado pelos arts. 182 e 183 do [Decreto nº 5.652/02](#), bem como do Colegiado de Defesa Vegetal, instituído pelo art. 67 do Regulamento da [Lei nº 14.245/02](#), aprovado pelo [Decreto nº 6.295/05](#), no âmbito de sua competência;~~

~~VIII — administrar as Unidades Descentralizadas na execução das atividades de fiscalização de trânsito e comércio agropecuários e de empresas leiloeiras de animais, de exposições e feiras agropecuárias, vaquejadas e torneios leiteiros, sociedades e associações hípiacas, rodeios e cavalhadas, haras e clubes de laço, de estabelecimentos confinadores de animais, bem como no exercício do poder de polícia sobre as atividades agropecuárias;~~

~~IX — realizar outras atividades correlatas.~~

~~TÍTULO IV~~

~~DAS ATRIBUIÇÕES DOS PRINCIPAIS DIRIGENTES~~

~~CAPÍTULO I~~

~~DO PRESIDENTE~~

~~-~~

~~Art. 19. São atribuições do Presidente da Agência Goiana de Defesa Agropecuária — AGRODEFESA:~~

~~I — auxiliar o Governador do Estado no exercício da direção superior da administração pública estadual;~~

~~II — exercer a administração da Agência, praticando todos os atos necessários ao exercício dessa administração na área de sua competência, notadamente os relacionados com a orientação, coordenação e supervisão das atividades a cargo das unidades administrativas integrantes da entidade sob sua gestão;~~

~~III — representar a Agência, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele e nas suas relações com terceiros;~~

~~IV — praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas pelo Governador do Estado;~~

~~V — fazer indicações ao Governador para provimento de cargos em comissão e prover funções comissionadas no âmbito da Agência;~~

~~VI — expedir instruções e outros atos normativos necessários à boa execução de leis, decretos e regulamentos;~~

~~VII — assinar contratos, convênios e outros ajustes em que a Agência seja parte;~~

~~VIII — prestar, pessoalmente ou por escrito, à Assembleia Legislativa ou a qualquer de suas comissões, quando convocados e na forma da convocação, informações sobre assunto previamente determinado;~~

~~IX — propor ao Governador, anualmente, o orçamento de sua Entidade;~~

~~X — aprovar, no limite de suas atribuições, despesas e dispêndios da Agência;~~

~~XI — delegar suas próprias atribuições por ato expresso aos seus subordinados, observados os limites estabelecidos em lei e atos regulamentares;~~

~~XII — encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado a prestação anual de contas da Agência;~~

~~XIII — determinar a abertura e a instrução processual de sindicâncias e processos administrativos disciplinares no âmbito da Agência;~~

~~XIV — determinar a abertura e a instrução de processos licitatórios;~~

~~XV — definir as diretrizes técnico-operacionais a serem adotadas pela Agência para o cumprimento de suas atribuições institucionais, em consonância com as políticas de defesa e produção agropecuária dos governos federal e estadual;~~

~~XVI—encaminhar, periodicamente, relatório de gestão à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação;~~

~~XVII—relacionar-se com as autoridades federais, estaduais e municipais, a comunidade técnico-científica e as entidades privadas afins, regionais, nacionais e internacionais, relativamente aos assuntos e interesses da Agência;~~

~~XVIII—apreciar, em grau de recurso, quaisquer decisões no âmbito da Agência;~~

~~XIX—aprovar parecer final e decidir acerca de pareceres técnico/jurídicos emitidos pelo Órgão Colegiado de Defesa Sanitária Animal e pelo Colegiado de Defesa Vegetal, mencionados no inciso IX do art. 22 e no inciso XII do art. 23 deste Regulamento;~~

~~XX—orientar e determinar a realização de auditorias internas;~~

~~XXI—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Governador.~~

CAPÍTULO II

DO CHEFE DE GABINETE

~~Art. 20. São atribuições do Chefe de Gabinete:~~

~~I—responsabilizar-se pela qualidade e eficiência das atividades de atendimento direto ao Presidente;~~

~~II—responsabilizar-se pelas atividades de relações públicas e assistir o presidente em suas representações políticas e sociais;~~

~~III—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~IV—delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Presidente;~~

~~V—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Presidente.~~

CAPÍTULO III

DAS DIRETORIAS

Seção I

Do Diretor de Gestão, Planejamento e Finanças

~~Art. 21. São atribuições do Diretor de Gestão, Planejamento e Finanças:~~

~~I—exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Diretoria, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;~~

~~II—supervisionar, coordenar, acompanhar as atividades de gestão de pessoas, bem como fiscalizar o patrimônio, a execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, os serviços administrativos, de planejamento, a tecnologia da informação e o suporte operacional para as demais atividades;~~

~~III—garantir a infraestrutura necessária para a implementação de sistemas informatizados que suportem as atividades da Entidade;~~

~~IV—promover e garantir os recursos materiais e serviços necessários ao perfeito funcionamento da Entidade;~~

~~V—coordenar a formulação de planos estratégicos, do Plano Plurianual (PPA), de proposta orçamentária, bem como o acompanhamento e a avaliação dos resultados da Entidade;~~

~~VI—garantir a atualização permanente dos sistemas e relatórios de informações governamentais em consonância com as diretrizes dos órgãos de orientação e controle;~~

~~VII—supervisionar e acompanhar a execução da política de gestão de pessoas da Entidade;~~

~~VIII—colaborar e acompanhar os processos licitatórios e supervisionar a gestão e a fiscalização de contratos, convênios e demais ajustes firmados pela Entidade, na área de sua competência;~~

~~IX—coordenar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial da Agência;~~

~~X—supervisionar e acompanhar o processo de modernização institucional e a melhoria contínua das atividades da Entidade;~~

~~XI—delegar atribuições de seu cargo com a anuência do Presidente, observados os limites estabelecidos em lei e atos regulamentares;~~

~~XII—despachar diretamente com o Presidente;~~

~~XIII—substituir o Titular da Agência nas ausências e nos impedimentos, quando para isso for designado;~~

~~XIV—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Presidente.~~

Seção II

Do Diretor Técnico e de Inspeção

Art. 22. São atribuições do Diretor Técnico e de Inspeção:

- I—exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Diretoria, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;
- II—auxiliar o Presidente na definição das diretrizes técnico-operacionais a serem adotadas pela Agência para o cumprimento de suas competências institucionais, em consonância com as políticas do governo federal e estadual de defesa, inspeção e produção agropecuária, assim como auxiliar nas questões que envolvam o exercício dos processos de planejamento e de tomada de decisões sobre assuntos pertinentes à área de sua competência;
- III—determinar a adoção da medida de sacrifício ou abate sanitário de animais, destruição de lavouras, restos culturais, produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico de origem animal e vegetal, para a proteção da sanidade animal e vegetal e preservação do estado de qualidade dos produtos agropecuários, na área de sua competência;
- IV—zelar pelo desenvolvimento e credibilidade interna e externa da Entidade e pela legitimidade de suas ações;
- V—participar de reuniões de Conselho, Comissões e outros colegiados afins, quando convocado;
- VI—propor ao Presidente a celebração de convênios, cooperações técnicas, contratos, acordos e ajustes no âmbito de sua área de competência e emitir parecer técnico sobre a viabilidade deles;
- VII—analisar a eficiência operacional e avaliar os resultados obtidos na sua área, traduzindo-os em relatórios de atividades;
- VIII—cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável à área de sua competência, inclusive no exercício do poder de polícia no tocante à instalação do estado de qualidade de produtos e serviços agropecuários;
- IX—apreciar e manifestar-se, no âmbito de sua competência, acerca de pareceres técnico/jurídicos emitidos pelo Órgão Colegiado de Defesa Sanitária Animal, assim como de pareceres técnico/jurídicos emitidos pelo Colegiado de Defesa Vegetal, mencionados no inciso XIV do art. 17 deste Regulamento;
- X—propor a edição, alteração ou revogação de legislação pertinente a sua área de competência;
- XI—delegar atribuições específicas do seu cargo com anuência do Presidente, observados os limites estabelecidos em lei e atos regulamentares;
- XII—despachar diretamente com o Presidente;
- XIII—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;
- XIV—substituir o Titular da Agência nas ausências e nos impedimentos, quando para isso for designado;
- XV—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Seção III

Do Diretor de Fiscalização

Art. 23. São atribuições do Diretor de Fiscalização:

- I—exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Diretoria, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;
- II—auxiliar o Presidente em todas as questões que envolvam o exercício dos processos de planejamento e de tomada de decisões sobre assuntos pertinentes à área de sua competência;
- III—auxiliar o Presidente na definição das diretrizes técnico-operacionais a serem adotadas pela Agência para o cumprimento de suas competências institucionais, em consonância com as políticas do governo federal e estadual de fiscalização do trânsito e do comércio agropecuários, das empresas leiloeiras de animais, das exposições e feiras agropecuárias, vaquejadas e torneios leiteiros, das sociedades e associações hípias, dos rodeios e cavalhadas, dos haras e clubes de laço e dos estabelecimentos confinadores de animais;
- IV—dirigir as ações de fiscalização do comércio, do trânsito de animais, de vegetais, seus produtos e subprodutos, dos resíduos de valor econômico, dos agrotóxicos e afins, dos insumos de uso na agropecuária, do material biológico e de multiplicação animal e vegetal;
- V—propor a adoção de medidas restritivas do trânsito intra e interestadual de animais, vegetais, seus produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico;
- VI—determinar a adoção da medida de sacrifício ou abate sanitário de animais, destruição de lavouras, restos culturais, produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico de origem animal e vegetal, para a proteção da sanidade animal e vegetal e preservação do estado de qualidade dos produtos agropecuários, na área de sua competência;
- VII—zelar pelo desenvolvimento e credibilidade interna e externa da Entidade e pela legitimidade de suas ações;

~~VIII—participar de reuniões de Conselho, Comissões e outros colegiados afins, quando convocado;~~

~~IX—propor ao Presidente a celebração de convênios, cooperações técnicas, contratos, acordos e ajustes no âmbito de sua área de competência e emitir parecer técnico sobre a viabilidade deles;~~

~~X—analisar a eficiência operacional e avaliar os resultados obtidos na sua área, traduzindo-os em relatórios de atividades;~~

~~XI—cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável na área de sua competência, inclusive no exercício do poder de polícia no tocante à instalação do estado de qualidade de produtos e serviços agropecuários;~~

~~XII—apreciar e manifestar-se, no âmbito de sua competência, acerca de pareceres técnico/jurídicos emitidos pelo Órgão Colegiado de Defesa Sanitária Animal, assim como de pareceres técnico/jurídicos emitidos pelo Colegiado de Defesa Vegetal, mencionados no inciso VII do art. 18 deste Regulamento;~~

~~XIII—propor a edição, alteração ou revogação de legislação pertinente à área de sua competência;~~

~~XIV—delegar atribuições específicas do seu cargo, com anuência do Presidente, observados os limites estabelecidos em lei e atos regulamentares;~~

~~XV—despachar diretamente com o Presidente;~~

~~XVI—submeter à consideração do Presidente os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~XVII—substituir o Titular da Agência nas ausências e nos impedimentos, quando para isso for designado;~~

~~XVIII—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Presidente.~~

~~TÍTULO V~~

~~DA GESTÃO ESTRATÉGICA~~

~~Art. 24. A Agência Goiana de Defesa Agropecuária—AGRODEFESA—atuará conforme as diretrizes estabelecidas na agenda estratégica governamental, seguindo os princípios da gestão por resultados.~~

~~Art. 25. A gestão deverá pautar-se pela inovação, dinamismo e empreendedorismo, suportada por ações proativas e decisões tempestivas, focada em resultados, na satisfação dos clientes/cidadãos e na correta aplicação dos recursos públicos.~~

~~Art. 26. As ações decorrentes da atividade da Entidade deverão ser sinérgicas com a missão institucional e ensejar a agregação de valor.~~

~~TÍTULO VI~~

~~DA DISPOSIÇÃO FINAL~~

~~Art. 27. Serão fixadas em Regimento Interno pelo Presidente da Agência Goiana de Defesa Agropecuária—AGRODEFESA, observadas as disposições deste Regulamento, as competências e atribuições dos dirigentes das unidades administrativas complementares integrantes da estrutura organizacional, após apreciação técnica da Secretaria de Gestão e Planejamento, conforme o parágrafo único do art. 10 da [Lei nº 17.257](#), de 25 de janeiro de 2011.~~

~~- Este texto não substitui o publicado no Suplemento do D.O. de 7-11-2011 .~~

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislações Relacionadas	Decreto Numerado Nº 9.550 / 2019 Lei Ordinária Nº 17.257 / 2011 Decreto Numerado Nº 6.990 / 2009 Lei Ordinária Nº 14.645 / 2003 Decreto Numerado Nº 8.553 / 2016 Lei Ordinária Nº 19.574 / 2016 Lei Ordinária Nº 13.998 / 2001 Decreto Numerado Nº 5.652 / 2002 Decreto Numerado Nº 6.295 / 2005 Lei Ordinária Nº 14.245 / 2002
Órgãos Relacionados	Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA Conselho Estadual de Saúde Animal Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE
Categoria	Regulamentos e estatutos